

Sarney já admite discutir mandato de 4 anos

Embora ainda prefira os cinco anos, Presidente poderá negociar até o parlamentarismo

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

dato, se o País se tornasse ingovernável".

MAL-ESTAR

Como sempre acontece com encontros reservados no Alvorada, de uma forma ou de outra, o fato sempre vaza. Foi isto que aconteceu e gerou um certo mal-estar no meio empresarial. No momento em que a UBE — União Brasileira de Empresários — abre fogo contra a Constituinte e o Governo, anuncia inclusive que não mais obedecerá os preços estabelecidos pelo Governo, um grupo importante de empresários encontra-se com Sarney para o que um dos participantes considerou "uma boa conversa".

Um dado apontado, pela fonte, para justificar a flexibilidade presidencial refere-se ao quadro que seu filho e deputado, José Sarney Filho tem lhe levado, diariamente. Um quadro realista que anula as previsões otimistas dos áulicos palacianos que, constantemente, lhe oferecem fórmulas mágicas para a Constituinte. "O Presidente assumiu uma posição realista. Está, inclusive, consciente de que o Centrão não é um bloco pró-Governo, mas um conjunto de forças políticas forjado pela classe empresarial, com o objetivo nítido de impor seus interesses na futura Carta. Essa mesma classe que hoje desafia seu Governo com a desobediência civil, que orquestrou uma manifestação crítica à sua administração, no day after da

formação do Centrão" — argumentou o assessor.

OUTRA FIGURA

Ele afirmou que o presidente Sarney é hoje uma figura bem diferente daquela que há dois anos e meio assumiu o Poder. Então ele acreditava ser possível mudar a face do Brasil e entregar ao sucessor um país ordenado política, social e economicamente. Hoje, ele sabe "que não há outra saída para o quadro geral do País, a não ser ceder em pontos que considera importantes evitar o caos total. Cede, portanto, os anéis para não perder os dedos", observou a fonte.

Embora ela afirme que Sarney não se considere um derrotado, disse que basta observá-lo para ver que ele é hoje um homem alquebrado em consequência da situação nacional. Por causa da situação econômica, com a qual está insatisfeito; dos erros de seu Governo, que ele humildemente reconhece; de sua impopularidade, que não ignora, e em consequência de trações que vem sofrendo. "Por todas essas coisas, o Presidente decidiu abandonar a negociação unilateral sugerida pelo triunfalismo e lutar, com todas as suas forças — realista e humildemente — para tentar reverter o quadro atual", concluiu a fonte.

Segundo ela, é com este espírito que o Presidente deverá iniciar uma nova etapa na rodada de negociações. Como na quinta-feira passada, de manhã num café da manhã, com o senador José Richa (PMDB-PR), ferrenho defensor do parlamentarismo; com o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães — com quem mantém constantes conversas, com os empresários, com os quais almoçou e jantou, também na última quinta-feira.

Deste encontro, participaram, entre outros, os seguintes empresários: Augusto Trajano de Azevedo Antunes, do Grupo Caemi, de mineração; Mário Amato, presidente da Fiesp; Murilo Mendes, da Construtora Mendes Júnior, Ivan Botelho, do Grupo Cataguzes-Leopoldina; Max Feffer, do grupo Susano de Papéis, e Sebastião Camargo, da Construtora Camargo Correia.

ADAUTO CRUZ



Humberto Lucena, Ulysses e Costa Couto participaram das conversas na casa do deputado Cid Carvalho

Se crise aumentar, frentes poderão buscar consenso

A manutenção do sistema presidencialista de Governo e as eleições imediatas para a Presidência da República podem ser as únicas saídas para solucionar a crise das instituições brasileiras. Esta possibilidade foi levantada ontem, durante e após o almoço que comemorou o aniversário do deputado Cid Carvalho (PMDB/MA) e reuniu cerca de 60 convidados, entre parlamentares e presidencialistas. A própria reunião, na opinião do aniversariante, simbolizara a necessidade de unificação de várias frentes políticas visando ao consenso em busca do fortalecimento das instituições e da aceleração dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

O aniversariante, que completou 63 anos na última sexta-feira, aproveitou o cancelamento da reunião vespertina de ontem da Comissão de Sistematização, da qual é membro titular, e temperou seu almoço com o diálogo. Entre os convidados

estavam seis ministros: Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), general Ivan de Souza Mendes (SNI), Aulio Alves (Administração), Prisco Viana (Desenvolvimento Urbano), Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) e Renato Archer (Previdência). Cid Carvalho foi homenageado ainda pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pelos deputados Fernando Santana (PCB/BA), Sarney Filho (PFL/MA), Expedito Machado (PMDB/CE), presidente do Centro Democrático e membro do Centrão; Bonifácio de Andrada (PDS/MG) e senador Humberto Lucena (PMDB/PB).

Foi uma "festa ecumênica", como definiu ao sair, em clima de brincadeira, o comunista Fernando Santana. Segundo o deputado Expedito Machado, não houve oportunidade de discussão em torno do "Centrão", pois a heterogeneidade dos convidados se impôs como "uma trava natural". Um dos primei-

ros a deixar o apartamento de Cid Carvalho, o deputado Adolfo Oliveira (PL/RJ), concluiu que o único acordo na reunião foi comemorar o aniversário de Cid. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), que só chegou às 17h20, ainda participou, na sobremesa, do diálogo com os convidados que restavam.

O grande assunto entre os políticos, que depois do almoço deixaram as mulheres na sala e foram conversar em outro ambiente, foi o fortalecimento das instituições. Um dos peemedebistas presentes acha que é crucial, neste momento, organizar um grande núcleo, sem preconceitos ou preocupações ideológicas, para fortalecer o Governo, os partidos políticos, resolver a situação dos trabalhadores e de outros setores da sociedade brasileira. O termo crucial também foi usado pelo general Ivan ao sair do almoço, referindo-se ao processo de conversações desta semana.

O movimento do Centrão foi analisado pelos políticos como uma consequência de todo o quadro de crise em que se encontra o País. Todos concordam que é preciso encontrar uma solução, de consenso, sem transfugar a Constituinte. O próprio deputado Ulysses Guimarães analisa o movimento do Centrão como uma parte do que querem os constituintes neste momento: "Eu sinto que todos querem votar com rapidez sem prejuízo dos trabalhos", afirmou. "O propósito fundamental agora — mesmo no caso de que se venha a modificar o Regimento Interno — é acelerar os trabalhos".

O almoço de Cid Carvalho vai proliferar, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".

Passarinho dá prazo para que partidos mudem

Passarinho, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".

Passarinho, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".

Passarinho, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".

Passarinho, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".

Passarinho, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".

Passarinho, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".

Passarinho, durante a semana, em uma série de reuniões de avaliação da crise. O aniversariante espera que a crise ache sua própria saída, mas considera fundamental a "canalização" de rumos para não deixar o rio transbordar".



Alvaro Valle

Família estimula a opção

Na edição desta semana, a revista IstoE afirma que o presidente José Sarney aceita menos de cinco anos de mandato "desde que lhe sejam dadas condições para encerrar com algum brilho seu governo. Sarney não quer deixar o Palácio do Planalto como seu antecessor, João Figueiredo — pelas portas do fundo".

Diz a revista que no que depender das mulheres da família do Presidente, Sarney não fica mais de quatro anos no Governo. D. Kiola, sua mãe, D. Marly, sua mulher, e Roseana, sua filha, "preferem

livrá-lo em 88 dos sofrimentos, desgastes e pressões políticas".

IstoE conta que Sarney resolveu ouvir as três mulheres da família. De Roseana recebeu a resposta que prefere os quatro anos. E não apenas isso, defendeu o parlamentarismo. D. Marly, já há algum tempo defende a saída do marido no próximo ano e nesta questão conta com o apoio da matriarca da família, D. Kiola, que justifica sua posição afirmando que não quer ver "o José sofrer tanto".

Cresce pressão por diretas-88

O presidente José Sarney vai receber esta semana novos apelos vindos do PMDB para que ele se antecipe à Constituinte e convoque as eleições presidenciais para novembro de 88. Os líderes do partido acham que esta é a melhor alternativa para o presidente, já que consideram definida a aprovação do mandato de quatro anos pela Comissão de Sistematização, que deverá votar as disposições transitórias no próximo final de semana.

O número de adeptos na Sistematização ao mandato de quatro anos cresceu de 46 para 49

com a adesão dos constituintes ligados ao presde do PFL, senador Marco Maciel, que vê a tese como alternativa de poder para o seu partido. Este foi o assunto de uma conversa entretido Maciel e o senador José Richa (PMDB-PR), na última sexta-feira. José Sarney e detetou no presidente um extremo desânimo em relação às duas questões mais polêmicas da Constituinte — mandato e sistema de governo. O senador expôs sua preocupação com a duração do mandato e insistiu na tese da convocação das eleições sair do Planalto. Segundo o senador Fernando

Henrique Cardoso (PMDB-SP) o presidente tem demonstrado uma posição mais aberta em relação ao mandato e menor resistência ao parlamentarismo. Ao mesmo tempo, Fernando Henrique cobrou do Govern uma atitude mais construtiva.

Para o senador Fernando Henrique Cardoso, que em maio deste ano esteve com o presidente José Sarney aconselhando-o a convocar as eleições e assumir definitivamente a liderança da transição, a proposta de Sarney tomar a iniciativa agora ainda é a melhor saída, não só para o presidente, mas para o País.

MARCOS HENRIQUE



Fernando Lyra: considerando-se ministro de Tancredo e não de Sarney

Troca dos parlamentaristas vira protesto contra Governo

A saída do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG) da Constituinte, em função do retorno do titular de sua cadeira, foi lamentada no final da sessão de ontem da Comissão de Sistematização. Vários constituintes ressaltaram o espírito de companheirismo e combatividade de Israel. O que era uma simples homenagem, entretanto, acabou transformando-se em um ato político contra o governador de Minas e o presidente José Sarney.

O cordão foi puxado pelo deputado José Serra (PMDB/SP), que após lamentar a saída de Israel Pinheiro Filho, classificou de "um ato de violência" o seu afastamento. Foi a deixa para o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB/PE), mais exaltado, acusar o governador de "devolução" o titular da cadeira, que ocupava uma secretaria estadual, porque Israel defendia o sistema parlamentarista de Governo. "É uma demonstração clara de que há setores impatrióticos que não querem a liberdade da Constituinte", acusou.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, partiu em defesa do governador mineiro. O deputado garantiu não poder ficar "indiferente a uma injustiça" e lembrou que "toda a Casa sabia que os quatro secretários estaduais retirados da Constituinte voltariam no momento em que o plenário

começasse a funcionar". Sant'Anna disse que admira o deputado Israel Pinheiro, mas ressaltou que se o Governo quisesse teria feito pressão sobre a Constituinte antes da aprovação do sistema parlamentarista, e não depois. "Não houve pressão sobre esta Casa", disse.

Para contraditar o líder, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB/MG) usou o microfone, garantindo que "como todos sabem, a substituição teve o propósito de punir o deputado Israel Pinheiro Filho, que injustamente é retirado da Constituinte por ser independente, por não ter se curvado ao governador". Pimenta garantiu: "A retirada é uma perseguição política" e motivou o discurso de outro deputado. Ligado ao governador de Minas, o deputado Marcos Lima (PMDB/MG) garantiu que "tudo estava combinado desde o início da Constituinte.

O debate, porém, ainda não havia esquentado. O deputado Fernando Lyra (PMDB/PE), dirigindo-se ao plenário, afirmou que, de fato, o deputado Carlos Sant'Anna não havia pressionado ninguém, "até porque o presidente José Sarney não sabe o que quer, a não ser ficar no poder pelo poder". Para Fernando Lyra, a saída do deputado Israel Pinheiro "faz parte de um jogo sujo, que não quer respeitar a maioria da Constituinte". O deputado Car-

los Sant'Anna voltou ao microfone, desta vez para defender o presidente José Sarney, "que tem agido, em relação à Constituinte, com a maior dignidade". Para Sant'Anna, "se esta Casa não fizer justiça ao Presidente, a história fará, porque ele tem se comportado como um verdadeiro estadista". Com ironia, o líder do Governo lembrou que o deputado Fernando Lyra já havia servido ao Presidente, quando foi seu ministro da Justiça. "Por isso ele deve guardar o que em política se chama o mínimo ético", disse.

Exaltado, Lyra respondeu ao líder do Governo, chamando o presidente de traidor da transição e afirmando ter sido "ministro de Tancredo, e não de Sarney". O deputado garantiu que durante os meses em que ficou à frente da pasta da Justiça foi leal ao presidente, porque "ele era leal à transição". Após mais de vinte minutos de troca de acusações, foi retomada a homenagem ao deputado Israel Pinheiro Filho. O presidente da Comissão de Sistematização, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP), associou-se às manifestações e passou a presidência para o seu titular, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), que em discurso emocionado, despediu-se de Israel, mas avisou: "A saída dele em nada diminui a nossa batalha pelo parlamentarismo. Vamos vencer".

PFL quer sistema híbrido antes do parlamentarismo

A possibilidade de se encontrar uma forma conciliatória entre as teses parlamentaristas e presidencialistas, desmontando um sistema de governo híbrido e de transição rumo ao parlamentarismo, foi o tema de um encontro ontem de manhã entre o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e os senadores Marco Maciel, presidente do PFL, e Carlos Chiarelli, líder pefelista no Senado.

Tanto Aureliano, que é presidente de honra do PFL, como Marco Maciel, são presidencialistas convictos. Chiarelli, um parlamentarista de primeira hora. Os três concordam num ponto: existe hoje na Comissão de Sistematização, nas palavras do senador Carlos Chiarelli, "uma marcha batida, rumo às eleições presidenciais em 1988. Esta tendência, reconhece o senador, fortalece o grupo dos presidencialistas, mas ainda existe uma maioria parlamentarista, o que vem aconselhando procurar-se uma forma conciliatória entre os dois grupos. Hoje Aureliano e Maciel voltam a se encontrar para discutir este assunto.

Como é voz corrente no PFL, Aureliano, forte candidato a candidato do partido à sucessão de Sarney, só aceita participar desta disputa eleitoral se o sistema aprovado na nova Constituição for presidencialista. Mas, informalmente, tem admitido que entraria na corrida sucessória caso decidisse eleger um presidente para um segundo período de transição: depois da fase pela volta à democracia do Governo Sarney, o próximo presidente faria a transição rumo ao parlamentarismo.

A forma mais analisada pressupõe um mandato de 5 anos para o sucessor de Sarney. Nas disposições transitórias da Constituinte, constaria um artigo obrigando o próximo presidente, durante seu mandato, promover a transformação do sistema para o parlamentarismo. Ele governaria três anos com plenos poderes presidencialistas e dedicaria os dois últimos à implantação do parlamentarismo. Caso se estabeleça quatro anos de mandato, o último seria de transição.

— Salvo um fato novo e inus-

tado — observou Chiarelli — existe uma clara tendência pelas eleições em 1988: Esta tendência não inviabiliza a implantação do parlamentarismo, mas dificulta bastante, é um complicador. Precisariamos de mais tempo. Assim, discutimos a eleição de um presidente pelo sistema atual e este alguém estaria comprometido pela própria Constituição a realizar a transição parlamentarista no final do seu Governo.

Parlamentarista, ele reconhece que se este sistema fosse aprovado agora, o choque dos constituintes com a opinião pública, depois de toda a campanha pela diretas, seria inevitável.

— Se evitarmos este choque entre parlamentaristas e presidencialistas, todos os outros pontos polêmicos da Constituinte serão mais fáceis de serem negociados, acredita o senador.

O PFL começará por Pernambuco, onde a situação política é mais definida e tensa, sua estratégia de fazer com o que PMDB seja obrigado a responder, na futura campanha eleitoral, pelo fracasso administrativo do Governo. A campanha será fundamentada nos desacertos da política econômica, considerada da responsabilidade exclusiva do PMDB.

A estratégia do PFL, montada principalmente por Marco Maciel, Saulo Queiroz (MS), Jaime Santana (MA), Lúcio Alcântara (CE), Jorge Bornhausen (SC), Guilherme Palmeira (AL) e Carlos Chiarelli (RS), prevê várias etapas. A segunda delas, após o rompimento com o Governo, será a criação de um novo partido, capaz de aglutinar todos os que não se encontram na esquerda do PDT, não sejam sectários do governador Leonel Brizola nem integrem os PCs.

Essa semana ficou praticamente acertada a composição com o PDS sadio — há muitas resistências ao ex-deputado Paulo Maluf e seu grupo — representado, nos entendimentos, pelo ex-deputado Nelson Marchezan e por Esperidião Amin, ex-governador de Santa Catarina. O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, que estava contra, recebeu a promes-

sa de que não conviverá com o ex-governador Alacid Nunes.

Marchezan e Amin defenderam a necessidade de um novo partido, a começar pela sigla, porque a imagem do PFL está muito desgastada. Os dois noites que têm mais possibilidades são Partido Liberal Progressista e Partido Liberal Socialista. A segunda reivindicação é de que o partido seja nitidamente oposicionista, com o que concordam Maciel e seu grupo.

O manifesto preparado pelo deputado Lúcio Alcântara, que o discutiu com quatro expoentes intelectuais ligados ao PFL, é o segundo documento frontal desse grupo do PFL contra a política econômica do PMDB. O primeiro foi o artigo do ex-ministro Mário Simonsen, que o PFL, através da Fundação Tancredo Neves, presidida por Lúcio, está distribuindo em todo o País.

Depois de observar que a Nova República "corresponde a uma das mais graves frustrações do povo", o documento de Lúcio Alcântara enfatiza que o PFL "não conseguiu, ainda, tornar-se partido com clara identidade" e que esta é imprescindível para que se afirme perante o eleitorado.

"O Governo — adverte — demitiu de si a indispensável autoridade do Estado. A contumácia da vacilação somente tem produzido desapontamentos e desencantos. A ineficiência e o desperdício continuam a ser cizadelas imbatíveis. Nada se fez para enfrentar com firmeza a corrupção. A apuração dos atos ilícitos, quando ocorreu, revelou-se inócua. Abdicou-se da austeridade como prática governamental".

A seu ver, os equívocos causados pelo Plano Cruzado "consupuraram profundamente a representação popular" e a própria convocação da Constituinte "dispensou requisitos mínimos de concepção", levando-a ao total processo, "extremamente lento e conflituoso". O PFL não pode ficar indiferente a esse quadro. Tem, ao contrário, de tomar uma atitude nítida e firme contra as distorções.